

Novas correntes migratórias: os arranjos domiciliares de idosos que migraram de São Paulo para Minas Gerais nas últimas décadas

Marden Barbosa de Campos*

Resumo

Entre as décadas de 60 e 70, um grande contingente populacional partiu de Minas Gerais para São Paulo. A partir daí, começou a haver uma mudança do padrão migratório do Brasil e as perdas populacionais de Minas começaram a diminuir, ao mesmo tempo em que São Paulo alcançou o limite de sua capacidade de absorção. Um volume significativo de migrantes começou a percorrer o caminho inverso, composto, em grande parte, por migrantes de retorno. A participação dos idosos foi crescente entre estes migrantes. Esse trabalho busca analisar a estrutura domiciliar dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Os resultados encontrados atestam a importância da migração para viver próximos da família, do estado conjugal do idoso e o aumento do número de domicílios unipessoais de migrantes, principalmente entre as mulheres.

Palavras-chave: migração interna; envelhecimento; arranjos domiciliares.

Área temática: Demografia

* Analista da Coordenação de População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O IBGE está isento de qualquer responsabilidade pelas opiniões, informações, dados e conceitos emitidos neste artigo, que são de exclusiva responsabilidade do autor

Este trabalho contou com o apoio da FAPEMIG.

Introdução

Minas Gerais e São Paulo sempre tiveram posição de destaque nos movimentos migratórios internos do País e forte inter-relação, tanto pelo volume quanto pelo relacionamento recíproco. Dentro do processo de industrialização e modernização da sociedade, um grande contingente populacional partiu de Minas Gerais para São Paulo, movimento que atingiu seu auge nas décadas de 60 e 70. A partir daí, começou a haver uma mudança do padrão migratório do Brasil e as perdas populacionais de Minas começaram a diminuir, ao mesmo tempo em que São Paulo alcançou o limite de sua capacidade de absorção. Um volume significativo de migrantes começou a percorrer o caminho inverso, dirigindo-se de Minas Gerais para São Paulo, sendo composto, em grande parte, por migrantes de retorno. Ao mesmo tempo, o avanço do processo de transição demográfica no Brasil, caracterizado pelo envelhecimento demográfico da população provocou um aumento da participação de idosos nestes movimentos populacionais.

Esse trabalho analisa a estrutura domiciliar dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Chamou-se de estrutura domiciliar de migração a composição do domicílio do idoso, em termos de migrantes, após a migração. Buscou-se separar os idosos que migraram sozinhos dos que migraram acompanhados, constituindo um novo domicílio no município de destino e ainda, daqueles que chegaram em um domicílio que já existia.

Com isto, busca-se lançar luz sobre as migrações de uma parcela da população que não migra motivada apenas pela busca de trabalho, contribuindo para a compreensão de outros aspectos relacionados às migrações no Brasil, como os arranjos domiciliares e as relações de parentesco.

A próxima seção faz um breve relato das migrações no Brasil nas últimas décadas destacando os deslocamentos entre São Paulo e Minas Gerais. Em seguida, são apresentados, em termo conceituais, os aspectos relacionados à arranjos domiciliares e migração. A quarta seção apresenta os dados e o método de análise utilizados, seguidos da apresentação dos resultados encontrados. Por fim, à guisa de conclusão, são discutidos os resultados do trabalho em relação à perspectivas teóricas de migração e sua implicação para políticas públicas.

As migrações no Brasil nas últimas décadas do século XX, com destaque para migração entre São Paulo e Minas Gerais

A segunda metade do século XX foi marcada por intensos movimentos migratórios entre as Unidades da Federação brasileiras. Dentro do processo de industrialização e modernização da sociedade, um grande contingente populacional partiu das áreas economicamente mais estagnadas do País para

regiões que apresentavam crescente dinamismo econômico e oportunidades de emprego. A concentração industrial nas grandes cidades atraiu a população das áreas rurais, assim como das áreas urbanas menos desenvolvidas. Essas áreas ficaram relativamente à margem do processo de desenvolvimento e atuaram como expulsoras da população, em função, dentre outros aspectos, da alta concentração fundiária e da modernização agrícola, que engendrou um processo de crescente substituição do trabalho pelo capital. Como os investimentos industriais concentraram-se nas grandes metrópoles da Região Sudeste, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, os principais fluxos populacionais do período direcionaram-se para estes locais, característica de uma época de forte associação entre fatores econômicos e demográficos. É nesse sentido que, referindo-se ao padrão migratório interestadual brasileiro observado entre 1950 e 1980, BRITO (2002) destaca:

“As trajetórias dominantes articulavam os dois grandes reservatórios de força de trabalho, o Nordeste e Minas Gerais, com os estados onde ocorria o maior crescimento industrial e com as regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral.” (BRITO, 2002).

As correntes migratórias ligavam as regiões mais populosas e economicamente estagnadas, como Minas Gerais e os estados do Nordeste, com as áreas com maior dinamismo econômico do País e algumas regiões de fronteira agrícola do Sul e Centro-Oeste. Segundo BRITO (2002), essas trajetórias migratórias foram alimentadas por fortes desequilíbrios regionais e sociais.

Na década de 1960, saíram do Nordeste em torno de 2,2 milhões indivíduos e, na década seguinte, mais de 3 milhões. A Região Sudeste, através dos fluxos migratórios, apresentou um ganho líquido de 816 mil pessoas na década de 1960, e de 2,2 milhões na década de 1970 (RIBEIRO e CARVALHO, 1998). Minas Gerais destacava-se, na década de 1970, como o principal Estado de origem dos migrantes interestaduais do País, apresentando uma perda líquida de 1,6 milhões de indivíduos, sendo que grande parte deslocou-se para São Paulo. No mesmo período, São Paulo recebeu mais de 1,7 milhões de imigrantes, em termos absolutos (RIBEIRO e CARVALHO, 1998). Vários autores destacam o papel de Minas Gerais como o maior fornecedor de população para outras Unidades da Federação, especialmente para São Paulo que sempre foi o principal destino dos emigrantes mineiros (RIBEIRO e CARVALHO, 1998; MATOS, LOBO e STEFANI, 2005; CARVALHO et. al., 1998; BRITO, 2002).

Esse processo atingiu seu auge nas décadas de 60 e 70. A partir daí, começou a haver uma mudança nas migrações internas do País. Segundo RIBEIRO, CARVALHO e WONG (1996), as migrações passaram por mudanças, em parte devido à transição demográfica brasileira. Houve uma mudança profunda do padrão migratório e as perdas populacionais de Minas e do Nordeste começaram a diminuir. Em Minas Gerais, na maioria dos estados do Nordeste, o número de emigrantes começou a diminuir e o de imigrantes a aumentar. Ao mesmo tempo, São Paulo alcançou o limite de sua capacidade de absorção de migrantes e tornou-se o maior “expulsor” de população do País, mesmo que ainda apresentando saldos migratórios positivos.

Isso ocorreu devido a mudanças na estrutura produtiva, à crise econômica e ao esgotamento da capacidade de absorção dos excedentes populacionais pelos antigos centros receptores. As migrações internas passaram para uma nova etapa, na qual o êxodo rural perdeu força para novas formas de distribuição espacial da população (RIGOTTI, 1999). As virtudes das grandes cidades desapareceram diante da violência urbana, do desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. Diminuíram, então, os ganhos populacionais de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto o Nordeste e Minas Gerais passaram a perder menos população. Tanto no Nordeste como em Minas Gerais, a diminuição da perda líquida de população seria consequência da desaceleração da emigração, aliada a um aumento da imigração. (RIBEIRO, 1997).

Grande parte dos migrantes que se dirigiram para as antigas regiões expulsoras de população era composta de migrantes de retorno, ou seja, de indivíduos que haviam deixado essas regiões e agora retornavam para seus estados de origem.

Analisando o perfil etário dos migrantes de retorno na década de 1980, RIBEIRO e CARVALHO (1998) constatam a predominância de determinantes ligados ao mercado de trabalho, sendo uma migração tipicamente familiar. Segundo os autores, a “migração de retorno a Minas está associada mais ao fracasso do que ao sucesso na região de destino” (pág. 868) e que esses imigrantes eram “em maioria absoluta, de curto prazo” (pág. 867)

Segundo BRITO e CARVALHO (2006), a maioria dos emigrantes de São Paulo que se dirigiram para o Nordeste e para Minas Gerais nos últimos anos constituiu-se de migrantes de retorno. Segundo esses autores, entre 1999 e 2004, dentre os migrantes provenientes de São Paulo, os retornados correspondiam a 43% dos indivíduos que chegaram a Minas Gerais e superaram 60% dos que se dirigiram para os estados do Nordeste, sendo que, no Ceará, correspondiam a 76% dos imigrantes do período.

É importante destacar a magnitude das trocas populacionais ocorridas entre Minas Gerais e São Paulo durante a segunda metade do século passado. Conforme salienta RIGOTTI (1999), Minas Gerais e São Paulo sempre tiveram posição de destaque nos movimentos migratórios internos do País e forte inter-relação, tanto pelo volume quanto pelo relacionamento recíproco.

Segundo os dados do Censo de 1991, o segundo maior número de migrantes interestaduais do País, pelo critério de data-fixa, foi entre Minas Gerais e São Paulo, totalizando 236.086 indivíduos. Na direção contrária, o número de migrantes de São Paulo para Minas Gerais teve como resultado, ao final do quinquênio, 145.823 indivíduos, o quinto maior do País (IBGE, 1991). Pelo Censo 2000, pelo mesmo critério de data-fixa, o número de migrantes entre São Paulo e Minas no quinquênio 1995-2000 foi de 201.880 indivíduos, o segundo maior do País. Já o resultado final do fluxo migratório de Minas Gerais para São Paulo, 178.423 indivíduos, foi o terceiro maior do País (IBGE, 2000). O saldo migratório entre São Paulo e Minas Gerais foi, portanto, positivo para São Paulo entre 1986

e 1991 (92.263 indivíduos), e positivo para Minas Gerais entre 1995 e 2000 (23.457 indivíduos).

Com relação à população com 60 anos ou mais de idade, segundo o Censo de 1991, 6.970 indivíduos que moravam em São Paulo em 1986 residiam em Minas Gerais em 1991, sendo esse o terceiro maior volume de migrantes interestaduais idosos do País. Os idosos corresponderam a 4,78% dos migrantes data-fixa de São Paulo para Minas nesse período (IBGE, 1991). Já em 2000, o número de migrantes idosos data-fixa de São Paulo para Minas Gerais foi o maior do país, com 11.761 migrantes, que representavam 5,87% do total de migrantes de São Paulo para Minas. Em 2000, 27% dos idosos emigrantes data-fixa de São Paulo encontravam-se em Minas Gerais e esses correspondiam a 46,7% dos idosos imigrantes data-fixa do Estado (IBGE, 2000).

BRITO (2002) afirma, para o caso de Minas Gerais, que:

“O aumento da sua capacidade de retenção migratória – que não é só função das suas externalidades positivas, mas, também das externalidades negativas nas prováveis regiões de destino dos migrantes mineiros – tem sido acompanhado pelo crescimento da sua capacidade de atração. (...) muitos têm vindo pelas oportunidades geradas nas regiões de expansão agro-industrial” (p. 50).

MATOS, LOBO e STEFANI (2005), que estudam a reversão do padrão migratório entre Minas e São Paulo, mostram que, entre 1995 e 2000, o saldo migratório entre as Unidades da Federação era “favorável” em relação a Minas. Ainda que tenha havido diminuição da emigração, a reversão do saldo migratório de Minas e do Nordeste deveu-se principalmente ao aumento da imigração, sendo que, dois terços eram devidos à imigração de retorno (RIBEIRO e CARVALHO, 1998).

Segundo GARCIA e MIRANDA-RIBEIRO, (2005) a migração de retorno para Minas Gerais, incluído seus efeitos indiretos, respondeu por 67% do migrantes da década de 70, 80% da década de 80 e 75% da década de 90.

Como vemos, Minas Gerais passou a receber um número significativo de imigrantes, a maior parte proveniente de São Paulo. Grande parte desses imigrantes estava relacionado ao retorno de mineiros para o Estado.

Todos esses aspectos enfatizam a necessidade de analisarmos a composição dos arranjos domiciliares dos migrantes. A unidade domiciliar é tida como um unidade de decisão migratória tanto nas teorias do capital humano, como nas abordagens que enfatizam o papel do ciclo de vida familiar na determinação da migração. Ela têm, segundo CAMARANO et. al. (2004), grande importância no contexto das transferências intergeracionais no País. Basicamente, a análise do arranjo domiciliar com base em dados censitário é feita pela caracterização da composição dos domicílios. A questão será saber com quem os idosos vivem e com quem migram.

CAMARGO, MACHADO e RODRIGUES (2007) demonstram que há um aumento na proporção de idosos vivendo sós no Brasil. Segundo PALLONI (2004), o fato

dos idosos viverem sós tem forte associação com a renda, dado que viver só, muitas vezes, é uma opção do próprio idoso. Nesse sentido, BURCH (1991) demonstra que o percentual de idosos vivendo sós é maior entre aqueles mais ricos, ou seja, é uma opção que reflete independência. A tendência de viver só provavelmente também aumenta a tendência de migrar só e, conforme já citado, os idosos sós migram mais (ROGERS, 1988).

Contudo, o fato de viverem sós não significa que não estejam envolvidos em alguma relação de suporte. WALTERS (2002) destaca a tendência entre os idosos de diminuir a co-residência, mas manter a residência próxima de algum parente. PALLONI (2004) também enfatiza que viver em residência distinta mas próxima da família é uma estratégia comum entre os idosos. Contudo, nossos dados são limitados para analisar relações familiares entre domicílios.

Por outro lado, no caso de haver a co-habitação, nem sempre é fácil distinguir a direção do fluxo de transferência de recursos. Segundo LLOYD-SHERLOK (2001), mesmo que co-habitação reflita dependência, há dificuldade em saber qual membro do domicílio fornece e qual membro recebe suporte. Dado que a renda do idoso é muito importante para as famílias brasileiras, muitas vezes são eles que estarão dando suporte a outros parentes não-idosos.

Arranjos domiciliares de migração

A migração de idosos é um fenômeno que vem ganhando importância crescente nas últimas décadas em diversos países, devido, principalmente, ao envelhecimento demográfico de suas populações. Estas migrações relacionam-se às transições que ocorrem ao longo do ciclo de vida dos indivíduos ou domicílios, e que levam a mudança nas preferências residenciais que podem culminar com a migração, quando a necessidades de (re)ajuste do espaço ou custo de moradia ou a necessidade de rearranjo na estrutura domiciliar força a mudança para outra localidade.

Dentre os principais estímulos para a migração de idosos destacam-se, na literatura consultada, a aposentadoria e as questões relacionadas à saúde e à estrutura familiar (BIGGAR, 1980; BURES, 1997; CHEN e WILMOTH, 2004; CHOI, 1996). Há trabalhos que dão destaque a aspectos como vontade de residir em locais que apresentam “amenidades”, como clima agradável, baixa criminalidade e menor custo de vida (ANDERSON, 2002; LAW e WARNES, 1976; NEWBOLD, 1996), além de outros que lidam especificamente com a relação entre migração de idosos aposentadoria (BURES, 1997; ANDERSON, 2002; BENNETT, 1993; HASS, 2006), incapacidade (CHOI, 1996; CHEN e WILMOTH, 2004) e o papel dos arranjos domiciliares nestas migrações.(BOYD, 1991; DE VOS e HOLDEN, 1988; WILMOTH 2001).

Este trabalho pretende demonstrar que, também no Brasil, existe uma relação entre os arranjos domiciliares e as migração dos idosos.

Esta relação, baseada na composição domiciliar e nas relações de parentesco internas ao domicílio, influencia a migração na medida que altera as unidades decisórias da migração e explicita o papel das estruturas de suporte nos deslocamentos populacionais. A intenção de migrar muitas vezes surge no âmbito intra-domiciliar e está relacionada à dinâmica da relação entre seus membros. Segundo LAWSON (1998), que trabalha com a relação entre migração e gênero, o processo de barganha intra-familiar condiciona a decisão e o comportamento migratório. Neste sentido, MINCER (1978), que analisa de forma detalhada a relação entre estrutura familiar e migração, classifica os indivíduos como “*tied movers*” e “*tied stayers*”. “*Tied mover*” são os indivíduos que migram mas que, individualmente, não obteriam ganho com a migração. Porém, como o ganho com a migração de outro membro da familiar mais do que compensa sua perda individual, ele é levado a migrar por estar “atado” ao arranjo domiciliar. Este é o caso dos acompanhantes dos migrantes que, por si só não seriam estimulados a migrar. Já “*Tied stayer*” é o indivíduo que não se move dado que os ganhos com a migração não compensam os custos de mover do outro membro da família. A migração não ocorre, mesmo que para seu ganho particular da migração seja positivo já que os custos e benefícios individuais da migração são distribuído entre os membros da família e a migração só ocorrerá quanto o ganho agregado da família seja maximizado.

As famílias são os grupos primários em que indivíduos de diferentes idades convivem juntos por longos períodos de tempo (SETTERSTEN, 2006). A migração de idosos ocorre, frequentemente, em decorrência da necessidade de residência junto de filhos e parentes (WALTERS, 2002, pág. 57). e pode ocorrer por motivos puramente afetivos tanto da parte do idoso como dos filhos. STOLLER e LONGINO (2001) ressaltam que a migração motivada pelo desejo de viver próximo da família, que normalmente ocorre quando a saúde começa a se deteriorar, inclui não só as relações com os filhos mas, também, as ligações com os irmãos. Essa migração vai depender da existência de filhos e parentes e, por isso, também está condicionada à estrutura familiar do idoso fora do domicílio (LITWAK e LONGINO, 1987).

A composição da família por sexo e idade, por exemplo, e o estágio do ciclo de vida domiciliar, influenciam na propensão à migração de seus membros. Além disso, a rede criada por uma família especialmente dispersa é um facilitador dos movimentos migratórios. Esses aspectos explicam como os arranjos domiciliares influenciam na migração e como essa pode ser vista como um meio de (des)construí-los.

Nesse sentido, merece destaque o papel das redes sociais nas migrações dos idosos. As redes sociais são definidas como conjuntos de laços interpessoais que ligam potenciais migrantes com migrantes de fato e com não-migrantes nas áreas de origem e destino, via relações de parentesco, amizade e naturalidade (LITWIN, 1995; MASSEY, 1990). Os contatos dos migrantes no local de destino desempenham um papel fundamental da propensão migratória, tanto no nível

individual, quanto domiciliar. As redes sociais provêm informações que reduzem o risco da migração. São uma espécie de capital “intangível” (capital social) que os indivíduos/domicílios possuem (TAYLOR, 1986) e que reduzem os riscos da migração. No caso dos idosos IKKINK e Van TILBURG (1999) destacam que, à medida que a idade avança, estas redes sociais são constituída de pessoas cada vez mais próximas, como parentes, amigos e vizinhos, que influenciam a decisão de migrar e da escolha do local de destino.

Por fim, cabe ressaltar, conforme CAMPOS et. al. (2010), que no Brasil ainda existem idosos migrantes que se encontram economicamente ativos e, por isto, as abordagens que privilegiam os fatores econômicos como estímulos das migrações, e que tratam das migrações ligadas à busca de emprego, melhores salários, tal como os trabalhos de HARIS E TODARO (1970), SJAASTAD (1980) e BORJAS (1996), precisam ser levadas em consideração na análise destes deslocamentos.

Dados e método

A análises empíricas deste trabalho serão feitas com base nos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE.

Serão analisadas as informações de migração dos censos, referentes ao quesito que indaga o lugar de última residência do indivíduo, denominados como migrantes de última etapa. Estes migrantes são os indivíduos que, numa data anterior ao censo, residiram em um município diferente do que residiam na data do censo. Esta informação possui a vantagem de podermos identificar os migrantes de cada década, incluindo os migrantes interestaduais de retorno, além de trabalharmos com a migração que ocorreu diretamente de São Paulo para Minas Gerais, sem etapas intermediárias.

Serão analisados os dados de indivíduos que migraram com 60 anos ou mais de idade. Como trabalharemos com as informações de última etapa migratória, na data dos censos os indivíduos já terão uma idade diferente da que tinham quando migraram. Contudo, em concordância com RIBEIRO e CARVALHO (1988), utilizaremos a idade ao migrar para que realmente só levemos em consideração os migrantes idosos.

Será analisada a estrutura familiar dos migrantes, correspondente à composição do domicílio dos idosos, em termos de migrantes de São Paulo para Minas Gerais, em cada década. Foram separados os indivíduos que migraram de São Paulo para Minas Gerais na década e que viviam sós na data de referência dos censos, daqueles que viviam apenas com o cônjuge, sendo que o cônjuge também era migrante de São Paulo para Minas Gerais na década, assim como dos que viviam em domicílios em que todos os outros membros migraram de São Paulo para Minas Gerais na década, e também dos que viviam em domicílios em

que residia pelo menos um indivíduo que não migrou de São Paulo para Minas Gerais na década[†].

Ressalta-se que, devido às características da informação censitária, só possuímos informação do domicílio do migrante no destino. Essa informação refere-se apenas aos indivíduos que estavam vivos na data de referência do Censo e que não reemigraram. Por exemplo, na categoria “Migraram sós” estão representados os idosos migrantes que viviam sós na data de referência dos censos, mesmo que tenham migrado juntamente com outros indivíduos mas, na data de referência, os outros migrantes tenham falecido ou mudado para outro domicílio. Sendo assim, essa variável será considerada uma “*proxy*” da composição familiar do grupo migrante, embora saibamos que, na data de referência dos censos, os indivíduos poderiam viver em um domicílio diferente daquele em que viviam logo após a migração.

O algoritmo criado para a reconstrução do domicílio do migrante no local de destino (apresentado no Anexo), apresenta-se como uma estratégia de análise dos dados de migração inédita no Brasil. Acredita-se que, além da análise realizada neste trabalho, este método de reconstrução do domicílio pode contribuir para outros estudos de migração no País como, por exemplo, a estimativa dos efeitos indiretos da migração (GARCIA e MIRANDA-RIBEIRO, 2005; RIBEIRO, CARVALHO e WONG, 1996). Esta é uma contribuição importante deste trabalho para a compreensão das migrações de idosos no Brasil

Resultados

O total de indivíduos que migrou de São Paulo para Minas Gerais na década anterior a cada censo foi de 269 mil na década de 1980, aumentando para 386 mil na década de 1990 e reduzindo para 292 mil na década de 2000. Este número acompanhou a diminuição dos volumes totais de migração observados para o Brasil na última década. Embora o número total de migrantes tenha diminuído na década de 2000, o número de migrantes idosos aumentou 80% em todo o período de análise, embora em menor grau na década de 2000 do que na década de 1990. Com isto, o percentual de idosos no total de migrantes passou de 3,2% em 1991 para 5,2% em 2010.

TABELA 1 – Imigrantes de São Paulo para Minas Gerais, por período, segundo categorias de análise

[†] As crianças, filhas dos migrantes no destino, não foram consideradas para a formação do grupo domiciliar do migrante. Os indivíduos residentes em domicílios coletivos foram excluídos da análise.

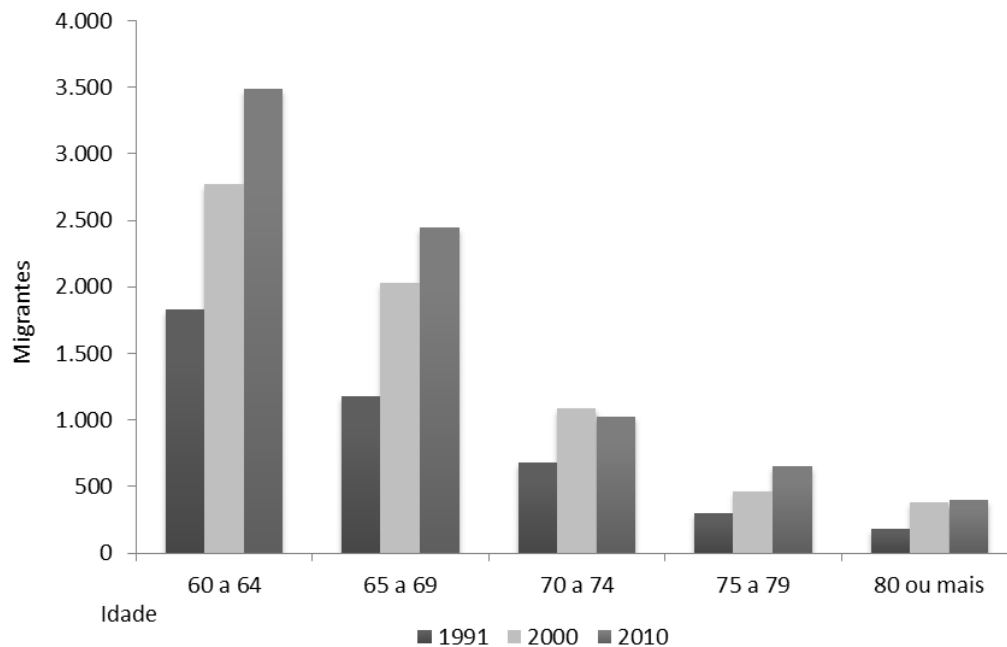
Categorias	1991	2.000	2.010
Imigrantes (total)	269.298	386.368	292.106
Imigrantes de retorno	129.139	174.638	107.559
Imigrantes idosos	8.509	14.106	15.304
Imigrantes de retorno idosos	5.376	8.242	7.896

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Com relação aos migrantes de retorno, vemos que houve um aumento significativo na década de 1990, mas uma redução na década seguinte, assim como observado para o total de migrantes do País. Neste caso, entre os idosos também verificou-se uma redução dos imigrantes de retorno.

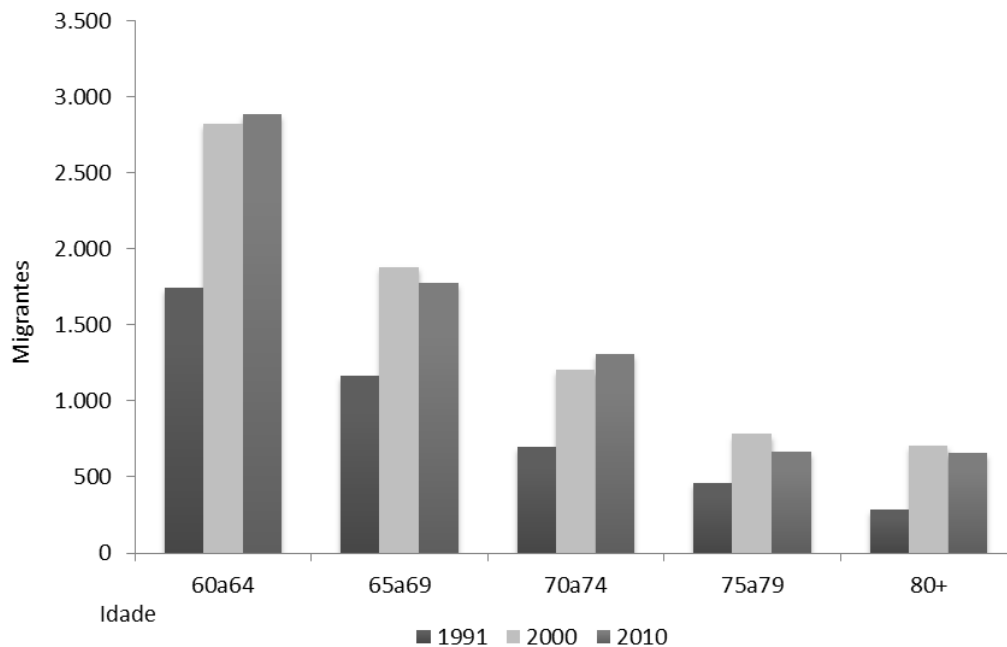
A análise da composição dos migrantes por sexo e idade mostra que, entre os idosos, o número de mulheres foi superior ao de homens nas décadas de 1980 e 1990, e inferior na década de 2000. Isto deveu-se ao aumento significativo do número de homens entre os migrantes relativamente mais jovens, com até 69 anos de idade, na década de 2000. Como verificado para os migrantes idosos, o número daqueles com menos de 70 anos de idade representou a maioria dos migrantes idosos do período, sendo sempre superior a 67% do total. Como abaixo destas idades há um maior percentual de homens entre os migrantes, eles acabaram tornando-se a maioria dos migrantes idoso em geral. Contudo, a partir dos 70 anos de idade, o número de mulheres migrantes foi sempre maior do que o de homens.

Gráfico 1 – Migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais por grupo de idade – Homens - 1991 a 2010



Fonte: IBGE, 1991,2000 e 2010.

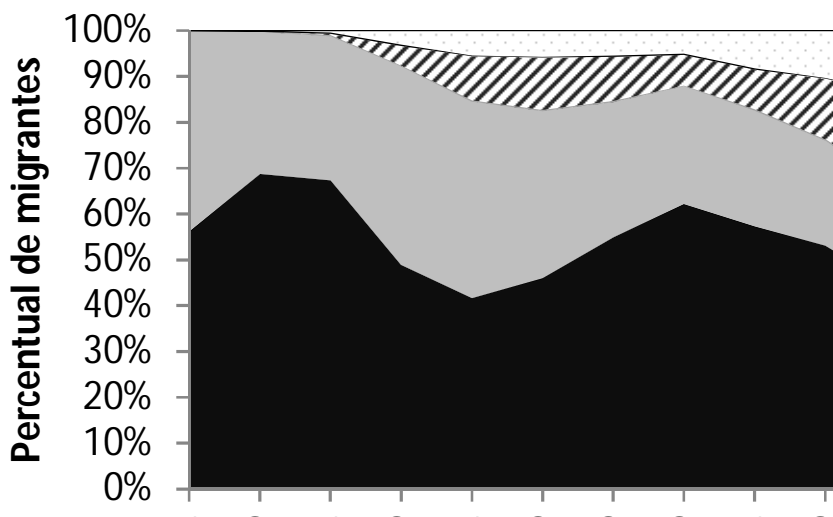
Gráfico 2 – Migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais e grupo de idade – Mulheres - 1991 a 2010



Fonte: IBGE, 1991,2000 e 2010.

Com relação à estrutura domiciliar da migração, verificou-se que, entre os migrantes de todas as idades, a maioria (53,3%) migrou com o domicílio todo. Em seguida, 32,9% dos migrantes dirigiu-se para um domicílio pré-estabelecido, enquanto 8,5% deles migraram apenas com o cônjuge e, por último, 5,4% migraram sós. O GRAF. 3 mostra a variação da estrutura da migração para o total de migrantes de São Paulo para Minas Gerais, por grupo etário quinquenal. Conclui-se que a estrutura domiciliar da migração está intimamente ligada as etapas do ciclo de vida domiciliar. Os maiores percentuais de indivíduos que migraram com o domicílio todo tinham entre 5 e 14 anos, seguidos por aqueles com entre 30 e 40 anos, idades em que os pais e as crianças tendem a viver no mesmo domicílio. Já aqueles que migraram para um domicílio pré-estabelecido concentraram-se nas idades extremas, com até 4 anos de idade e para aqueles com mais de 80 anos de idade. A partir dos 15 a 19 anos aumentaram as migrações dos casais, que sofrem uma redução após os 29 anos, possivelmente em decorrência do nascimento dos filhos, e que voltam a crescer após os 45 anos de idade, atingindo seu ápice entre 65 e 69 anos, possíveis idades em que os filhos já deixaram os domicílio dos pais. Já o percentual dos que migram sozinhos é crescente a partir dos 10 anos, atingindo seu auge entre 70 e 74 anos, a partir de quando voltam a reduzir significativamente, indicando uma incapacidade de migrar só em idades muito avançadas.

GRAFICO 3 – Percentual de migrantes de Minas Gerais para São Paulo por grupo de idade, segundo a estrutura domiciliar de migração – Ambos os sexos - 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Tratando especificamente da estrutura domiciliar de migração dos idosos, vemos que ela é diferente da apresentada para os grupos etários mais jovens, dada a fase do ciclo de vida que estes indivíduos se encontram. Em termos gerais, vê-se que o percentual de idosos que migram sós ou apenas com o cônjuge é bem mais elevado do que para a população em geral, assim como entre os idosos são menores os percentuais daqueles que migraram com o domicílio todo.

Conforme a TAB. 2, vemos que a estrutura domiciliar de migração foi sensível quanto ao sexo do migrante. Entre as mulheres, o percentual das que migraram sós ou com o domicílio todo foi sempre maior do que entre os homens. O percentual dos que migraram para um domicílio pré-determinado, onde viviam não-migrantes, oscilou entre os sexos, sendo maior para os homens na década de 1990 e para as mulheres nas décadas de 1980 e 2000. Por outro lado, o percentual daqueles que migraram apenas com o cônjuge foi sempre maior entre os homens.

TABELA 2 – Percentual de imigrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais, por período, segundo o sexo e a estrutura domiciliar de migração

Estrutura domiciliar de Migração	1991	2000	2010
Homens			
Sós	9,3	13,5	16,3
Só com o cônjuge	28,9	29,3	31,2
Como o domicílio todo	45,9	33,8	33,9
Para um domicílio com não-migrantes	15,9	23,4	18,6
Mulheres			
Sós	12,7	17,2	18,4
Só com o cônjuge	17,9	18,8	22,6
Como o domicílio todo	46,4	41,5	36,1
Para um domicílio com não-migrantes	23,0	22,5	22,9

Fonte: IBGE: 1991,2000 e 2010.

Na comparação temporal vemos que, para ambos os sexos, houve aumento dos que migraram sós ou apenas com o cônjuge e perda de participação entre os que migraram com o domicílio todo ou para um domicílio em que viviam não-migrantes

As diferenças na estrutura domiciliar também afetam, e provavelmente são afetadas, pelas relações de parentesco dentro dos domicílios. Analisando os dados mais recentes, referentes ao Censo 2010, verificou-se que 59% dos migrantes idosos foram declarados como responsáveis pelos domicílios, 21% como cônjuges ou companheiros e 13% como pais, mães ou sogros(as) dos responsáveis. Entretanto, quando separamos os migrantes segundo estrutura domiciliar de migração e o sexo, percebemos diferenças significativas nas relações de parentesco.

Como apresentado pela TAB 3, entre os idosos que migraram com o domicílio todo, quase todos os homens foram declarados como sendo responsáveis pelos domicílios, seguidos, em menor grau, de pais ou sogros dos responsáveis. Já entre as mulheres que migraram com o domicílio todo, o maior percentual daquelas que foram declaradas como responsáveis foi encontrado em 2010, totalizando 35,6% do total de migrantes. Em 1991 esta categoria foi superado pelas mães ou sogras dos responsáveis, com 36,4% das migrantes e que, embora tenha sido ligeiramente menor nos outros anos, representando, no mínimo, 29% das migrantes. Além disto, diferente do observado para os homens,

em torno de um quarto das migrantes foram declaradas como sendo cônjuges ou companheiras do responsável.

TABELA 3 – Percentual de idosos que migraram de São Paulo para Minas Gerais com o domicílio todo, por período e sexo, segundo categoria de relação com o responsável pelo domicílio.

Relação com o Responsável	Homens			Mulheres		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Pessoa responsável pelo domicílio	81,1	76,8	73,6	28,0	34,1	35,6
Cônjuge ou companheiro(a)	2,4	4,1	9,1	25,3	23,4	25,2
Pai, mãe, sogro(a)	13,4	14,4	11,7	36,4	33,7	29,4
Irmão ou irmã	0,2	1,2	1,3	4,5	3,2	3,4
Outros	2,9	3,5	4,3	5,7	5,6	6,4

Fonte: IBGE: 1991,2000 e 2010.

Por outro lado, percebem-se diferenças significativas nas relações de parentesco dos idosos que migraram para um domicílio pré-estabelecido, onde viviam não-migrantes. Os percentuais de indivíduos declarados como responsáveis pelos domicílios foram menores, apesar de ainda serem atribuídos a maior parte dos migrantes do sexo masculino. Ao mesmo tempo, entre os homens, o percentual de pais e sogros foi maior do que entre aqueles que migraram com o domicílio todo. Também ganhou relevância o percentual de indivíduos declarados como irmãos dos responsáveis. Entre as mulheres, a principal categoria de relação com os responsáveis em todo o período foi a de mães ou sogras. Também merece destaque os percentuais de irmãs, crescentes no período e sempre superiores aos verificados para os homens.

TABELA 4 – Percentual de idosos que migraram de São Paulo para Minas Gerais para um domicílio pré-estabelecido, por período e sexo, segundo categoria de relação com o responsável pelo domicílio.

Relação com o Responsável	Homens			Mulheres		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Pessoa responsável pelo domicílio	53,9	53,7	44,7	11,2	24,3	21,0
Cônjuge ou companheiro(a)	5,1	5,7	27,6	12,7	19,3	13,6
Pai, mãe, sogro(a)	25,8	18,1	15,2	50,7	35,3	41,3
Irmão ou irmã	1,2	5,7	5,8	7,4	7,8	10,3
Outros	14,0	16,8	6,8	18,0	13,4	13,8

Fonte: IBGE: 1991,2000 e 2010.

Conclusões

A migração de idosos é um fenômeno que tem merecido atenção especial dos estudiosos de países que já se encontram em uma processo mais avançado de transição demográfica. O estudo desse tipo de migração possibilita-nos investigar um grupo populacional que não migra motivado, exclusivamente, pela busca de

emprego e de melhores salários. Os idosos também migram motivados por questões familiares, sociais e pela expectativa de aumentar sua qualidade de vida, conforme a teoria decisória de migração de DE JONG e GARDNER (1981). Conforme verificamos, há uma diferenciação relevante em termos de arranjos domiciliares e migração entre os idosos e a população mais jovem.

As relações de suporte atestam que a migração dos idosos pode ter sido realizada por idosos que procuram viver próximos da família, conforme destacam DE JONG e GARDNER (1981), o que ocorre muitas vezes devido à necessidade de suporte ao idoso. Segundo ALVES, LEITE e MACHADO (2008), esse suporte, no Brasil, é tipicamente familiar.

Também devemos destacar a importância observada da migração das mulheres declaradas como irmãs do(a) responsável, conforme destacavam STOLLER e LONGINO (2001) para outros contextos.

Merece destaque o estado conjugal do idoso, principalmente se ele vive ou não com o cônjuge, o que influenciou seu comportamento migratório, como no caso das mulheres que migraram para acompanhar os cônjuges. Esse aspecto realça a importância da família como unidade decisória da migração e a existência de *tied movers* entre os idosos (MINCER, 1978)

Verificou-se que houve um aumento das mulheres que foram declaradas como responsáveis pelo domicílio, indicando um aumento dos domicílios unipessoais de migrantes idosas. É provável que parte dessas idosas migraram com os maridos, que vieram a falecer após a migração, fazendo com que no momento do censo elas vivessem sós. Isso é especialmente válido entre as idosas com idade mais avançada.

Ao analisamos atributos migratórios ligados à relações domiciliares, tentamos evitar a concentração da unidade de análise apenas no indivíduo pois, conforme a literatura consultada, a estrutura familiar é fundamental no entendimento da migração de idosos.

Uma outra questão que desponta dessa análise, ligada à importância da estrutura familiar dos migrantes, é o fato de que, em função da transição demográfica, com a diminuição do número de filhos verificada atualmente no Brasil, haverá, necessariamente, uma geração de idosos no futuro não distante com menos filhos e menor possibilidade de usufruir de suporte familiar. Isso pode modificar o padrão migratório atual ou mesmo coibir esse tipo de migração. Nesse sentido, as demandas que geraram o estímulo migratório terão de ser supridas de outras maneiras, muitas vezes no próprio local de origem dos migrantes, através de suporte institucional ou uso das redes locais de suporte.

Outro aspecto importante ligado à transição demográfica é que, segundo ZELINSKY (1971), ela é acompanhada de um processo de transição da mobilidade, que altera o padrão migratório da sociedades à medida que elas se modernizam. Segundo o autor, a chamada “sociedade futura” é uma sociedade com alta mobilidade e com estrutura etária envelhecida, o que pode conferir um

peso considerável à migração de idosos no Brasil nos próximos anos, ampliando as consequências dessas migrações e seu impacto nas famílias, no mercado de trabalho e nas instituições de saúde e assistência social, tanto nos locais de origem, quanto nos locais de destino das migrações dos idosos.

Referências Bibliográficas

ALVES, L. C. ; LEITE, I. C. ; MACHADO, C. J. . Perfis de saúde dos idosos no Brasil: análise da pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2003 utilizando o método grade of membership. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 535-546, Março 2008.

ANDERSON, J. retirement migration: motives for migration to warmer climate and housing needs: a study of scandinavians in Costa Blanca. 2002. 61 f. M. Sc. - Department of Building Economics and Management, Chalmers University of Technology, Göteborg, Sweden, 2002.

BENNETT, D. G. Retirement migration and economic development in high-amenity, nonmetropolitan areas. Journal of Applied Gerontology, Tampa, Fla., v. 12, n. 4, p. 466-481, Dec. 1993.

BIGGAR, J.C. Who moves among the elderly, 1965-70: a comparison of types of older movers. Research on Ageing, Thousand Oaks, v. 2, n. 1, p. 73-91, Mar. 1980.

BORJAS, G. J. Labor Economics. New York: Mac Graw Hill, 1996. cap. 9, p 279-317.

BOYD, M. Immigration and living arrangements: elderly women in Canada. International Migration Review, Staten Island, NY, v. 25, n. 1. p. 4-27, Spring. 1991.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL, A. N. Transições migratórias. Fortaleza: Iplance, 2002. BRITO e CARVALHO (2006)

BURCH, T.K. Theories of household formation: progress and challenges. In: IMHOFF, W. et al. (Eds.) Household demography and household modeling. New York: Plenum Press, 1995.

BURES, R. Migration and the life course: Is there a retirement transition? International Journal of Population Geography, Chichester, v. 3, n. 2, p. 109-119, Sep. 1997.

CAMARANO, A. A. et. al. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidade. In: CAMARANO, A. A. (Org.) Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA , 2004.

CAMARGOS, M. C. S. ; MACHADO, C. J. ; RODRIGUES, R. N. .A relação entre renda e morar sozinho para idosos paulistanos. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2007.

CAMPOS, M.B. Migrações de idosos de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990. Tese de Doutorado em Demografia. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR 2010.

CARVALHO, J.A.M. et al. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? In: SEMINARIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8., 1998 Diamantina, MG. Anais... Diamantina: UFMG; CEDEPLAR, 1998. v. 2.

CHEN P. C.; WILMOTH, J. M. The effects of residential mobility on ADL and IADL limitations among the very old living in the community. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, Local, v. 59b, n. 3, p. 164-172, May. 2004.

CHOI, N.G. Older persons who move: reasons and health consequences. *Journal of Applied Gerontology*, Tampa, Fla., v. 15, n. 3, p. 325-344, Sep. 1996.

DE JONG, G.F.; GARDNER, R.W (Eds.). Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries. New York: Pergamon Press, 1981.

DE VOS, S.; HOLDEN, K. Measures comparing living arrangements of the elderly: An assessment. *Population and Development Review*, New York, v. 14, n. 4, p. 688-704, Dec. 1988.

GARCIA, R.A.; MIRANDA-RIBEIRO, A de. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno – 1970/1980, 1981-1991 e 1990-2000. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.22, n. 1, p. 159-175, jan./jun. 2005.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1980.

HASS, W. H. et. al. In retirement migration, who counts? A methodological question with economic policy implications. *The Gerontologist*, Washington, v. 46, n. 6, p. 815–820, Dec. 2006.

IKKINK, K. K.; Van TILBURG, T. Broken ties: reciprocity and other factors affecting the termination of older adults relationships. *Social Networks*, Amsterdam, v. 21, n.2, p. 131-146, Aug. 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Microdados do censo demográfico de 1991. [Rio de Janeiro]: IBGE, 1991. CD-Room

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Microdados do censo demográfico 2000. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2000. CD-Room

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Microdados do censo demográfico 2000. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2010. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/ acesso em julho de 2012.

LAW, C. M.; WARNES, A. M. The changing geography of the elderly in England and Wales. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, London, v. 1, n. 4, p. 453-471, 1976.

LAWSON, V. A. Hierarchical households and gendered migration in Latin America: feminist extensions to migration research. *Progress in Human Geography*, London, v. 22, n. 1, p. 39-53, Feb. 1998.

LITWIN, H. The Social Network of Elderly Immigrants: an analytic typology. *Journal of Aging Studies*, New York, v. 9, n. 2, p. 155-174, Summer. 1995.

LIWALK, E.; LONGINO, C. Migration patterns among the elderly: a development perspective. *The gerontologist*, Washington, v. 27, n. 3. p. 266-272, Jun. 1987.

LLOYD-SHERLOCK, P. Living arrangements of older persons and poverty. In: UNITED NATION. *Population Bulletin of the United Nations*, New York, n. 42/43, 2001. Special Issue

LONGINO, C. F.; BRADLEY, D.E. Internal and international migration. In: BINSTOCK, R.H.; GEORGE, L.K (Eds.). *Handbook of aging and the social sciences*. 6th ed. Burlington: Academic Press; ELSEVIER, 2006.

MASSEY, D. Social structure, household strategies and the cumulative causation of migration. *Population Index*, Princeton, v. 56, n. 1, p. 3-26, Spring. 1990.

MATOS, R.E.S.; LOBO, C.; STEFANI, J. Inversão de tendências históricas de migração entre Minas Gerais e São Paulo. In: MATOS, R.E.S. (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MINCER, J. Family Migration Decisions. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 86, n. 5, p. 749-773, Oct. 1978.

NEWBOLD, K. B. Determinants of elderly interstate migration in the United States 1985-1990. *Research on Aging*, Thousand Oaks, v. 18, n. 4, p. 451-476, Dec. 1996.

PALLONI, A. Living arrangements of older person. In: UNITED NATION. *Living Arrangements of Older Person*. *Population Bulletin of the United Nations*, New York, n. 42/43, 2001. Special Issue

RIBEIRO, J. T.; CARVALHO, J.A.M. A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. Anais... [S.l]: ABEP, 1998.

RIBEIRO, J.T.L.; CARVALHO, J.A.M.; WONG, L.R. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. Anais... [S.l.]: ABEP, 1996.

RIGOTTI, J. I. R. Técnicas de mensuração das migrações, a partir dos dados censitários aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 142 f. 1999. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG, 1999.

ROGERS, A. Age patterns of elderly migration: an international comparison. *Demography*, Seattle, v. 25, n. 3, p. 355-370, Aug. 1988.

SAAD, P.M. Impact of pension reform on the living arrangements of older persons in Latin America. In: UNITED NATION. Living Arrangements of Older Person. Population Bulletin of the United Nations, New York, n. 42/43, 2001. Special Issue.

SETTERSTEN Jr., R.A. Aging and the life course. In: BINSTOCK, R.H.; GEORGE, L.K (Eds.). Handbook of aging and the social sciences. 6th ed. Burlington: Academic Press; ELSEVIER, 2006.

SJAASTAD, L. A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1980.

STOLLER, E.P.; LONGINO Jr., C.F. "Going Home" or "Leaving Home"? The impact of person and place ties on anticipated counterstream migration. *The Gerontologist*, Washington, v. 41, n. 1, p. 96-102, Feb. 2001.

TAYLOR, J. E. Differential migration, networks, information and risks. In: STARK, O. Migration, human capital and development. Greenwich: Connecticut, Jai Press, 1986. p. 147-171.

WALTERS, W. Later-life migration in the United States: a review of recent research. *Journal of Planning Literature*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 37-66, Aug. 2002.

WILMOTH, J. M. Living arrangements among older immigrants in the United States. *The Gerontologist*, Washington, v. 41, n. 2, p. 228-238, Apr. 2001.

ZELINSKY, W. The Hypothesis of the Mobility Transition. *Geographical Review*. V. 61(2). American Geographic Society, 1971.